

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: QUEM PRÁTICA?

Nos últimos meses, em alguns estados e cidades brasileiras, vimos ser levantada uma bizarra bandeira contra o que foi curiosamente nomeado de “ideologia de gênero”. Debaixo de forte pressão de setores religiosos e políticos retrógrados, assembleias e câmaras aprovaram a retirada dos planos de educação municipais e estaduais de toda referência a gênero, relações de gênero e diversidade sexual como assuntos que, segundo entendem os “nobres” parlamentares, não devem ser ensinados nas escolas. Entre outros argumentos estapafúrdios, os religiosos e os parlamentares ou os parlamentares religiosos enxergaram, no ensino dos assuntos de diversidade sexual e de gênero, uma tentativa de imposição de uma “ideologia” para “destruição” da família tradicional, pois esta presumida “ideologia” deturparia os verdadeiros conceitos de homem, mulher, sexualidade, família, casamento e reprodução da espécie. Para eles, “conceitos únicos”, que expressariam uma “verdade” que não pode ser afastada do ensino de nossas crianças e jovens: homens e mulheres, como bois e vacas, nascem “machos” e “fêmeas” e prontos para se atraírem e reproduzirem. Os gêneros, assim como a atração sexual, são assuntos da biologia, devem ser abordados em aulas de “ciências” ou em “palestras de sexologia”, quando as escolas convidarem médicos ou padres ou pastores (sim, padres e pastores também!) e não em aulas, por exemplo, de sociologia, antropologia, filosofia ou história.

Já disse o filósofo Slavoj Žižek: *“É muito fácil mentir sob o disfarce da verdade”*. Nada expressa melhor a desfaçatez do discurso ideológico do que seus sofismas. Quando esse discurso diz “ideologia de gênero” ou “assédio ideológico”, ele esconde o que está impedido de revelar: sua mentira! Ele próprio se esconde em sua mentira, ele inverte a verdade. É ele que é ideológico, é ele que se impõe como ideologia. Como escreveu a professora e filósofa Marilena Chauí: *“o discurso ideológico não pode dizer até o fim aquilo que pretende”*.

“Ideologia de gênero” é o que os setores religiosos fundamentalistas e conservadores do país pretendem preservar. São suas ideias (e suas práticas) o que constitui, de fato, o discurso e as práticas ideológicas na nossa sociedade, que chegam bem cedo na vida de todos nós. Especificamente para o assunto em destaque,

primeiro, na infância; depois, na vida juvenil e adulta, nas famílias, com seus ideais heteronormativos, masculinistas, machistas, sexistas, homofóbicos. Em seguida, nas escolas, que, salvo raríssimas exceções, são reprodutoras desses mesmos ideais sociais. As mídias, em geral, prolongam a sua difusão e internalização, e as igrejas, com suas ideias de “pecado”, “divino”, “sagrado”, “salvação” e “danação”, completam o assédio moral e psicológico do discurso ideológico. É no curso da formação de crianças, jovens e adultos, sob essas noções e ideias, e regulados por esses dispositivos que são expostos à verdadeira ideologia de gênero e coagidos a internalizá-la.

E o que é ideologia? Desde Marx e Engels, ao escreverem o livro “A ideologia alemã”, o sentido para o termo ideologia corresponde ao fenômeno das ideias e representações sociais que produzem uma *inversão* na visão humana e social sobre a gênese e o caráter da realidade social e histórica, ao esta adquirir a aparência de *autônoma* em relação à própria sociedade e aos seus agentes. Isto é, a realidade social ganhar aspecto de algo que existe sem a participação da ação humana, sem história, uma quase-natureza, realidade transcendental ou divina. Com essa imagem, a realidade é naturalizada e muitas vezes divinizada. E é esta imagem que torna possível que a realidade instituída pareça algo diferente do que é: *instituída*, construída, produzida, instalada. O que tornaria possível concluir que, sendo construída, pode ser modificada, revogada. É justamente isso o que a ideologia procura evitar: a conclusão, pelos sujeitos sociais, que a realidade é revogável, alterável. Esse sentido para o termo ideologia nunca mais foi abandonado, embora, posteriormente a essa reflexão pioneira, muitos outros aspectos da ideologia tenham sido observados e, numa conceituação pós-marxista do fenômeno do ideológico, aponte-se hoje diversas de suas manifestações em ideias, práticas e instituições que produzem, mantêm e reproduzem sujeições sociais, discriminações, preconceitos, violências, negação de reconhecimento, sofrimento emocional e adoecimento psíquico, que atingem diferentes sujeitos sociais, e, por entre outras razões, por suas escolhas afetivas, eróticas, sexuais ou identificações de gênero. Nesse âmbito, a ideologia procura fazer crer aos sujeitos sociais que também aí a realidade é imodificável, irrevogável.

Um dos importantes papéis do ensino, em todos os níveis, é possibilitar a formação do pensamento teórico-filosófico-científico que dote a todos de condições intelectuais, epistemológicas e metodológicas para o conhecimento da realidade, esta concebida de

modo amplo: o mundo natural, o mundo social-histórico e o mundo da realidade subjetiva humana. Toda a produção do conhecimento teórico-filosófico-científico até aqui na história do pensamento humano voltou-se para esse fim. Produção de um modo de pensar sem neutralidade, pois já lhe é intrínseco ser a crítica e a desconstrução de todas as ideias ideológicas que circulam na sociedade que impedem o conhecimento da realidade. Ao ser um saber que torna possível a compreensão do que funda a realidade da sociedade e do mundo, assim como a realidade dos próprios indivíduos enquanto sujeitos sociais, o conhecimento é sempre crítica, esclarecimento, lucidez, desalienação e dessujeição ou, como pensou Martin-Baró, “*desideologização*” da realidade e dos indivíduos. Não é por outra razão que, na história de nossas sociedades, o conhecimento conhece também uma história de sua perseguição, proibição, censura.

Assim, embora ciências possam ser, em diversos casos e ocasiões, veículos do discurso ideológico, no seu ensino e no do modo teórico-filosófico-científico de pensar, não é a ideologia, no sentido próprio do termo, que impera, como pretende fazer acreditar os fundamentalistas e conservadores, religiosos ou políticos, mas inteiramente o seu contrário. Nas escolas e universidades, educamos para o conhecimento da realidade, para a formação de cientistas, pensadores, pesquisadores e profissionais para diversas áreas de atuação, mas sempre com a ideia que estes devem agir para modificar condições de existência que degradem a pessoa humana, que constituam realidades de exclusão, subordinação, discriminação, sujeição. Por isso, nosso ensino é crítico, é a crítica à ideologia, crítica ao discurso ideológico, é sua desconstrução, sua “destruição”, como usaram o termo Heidegger – ao pensar a “*destruição de toda ontologia metafísica anterior*” – e Karel Kosik – ao escrever sobre a “*destruição da pseudoconcreticidade*” da manifestação fenomênica da realidade.

Não são professores, nas escolas ou nas universidades, que praticam a “ideologia de gênero”, mas as mídias, as igrejas, as famílias, os discursos moral, religioso e político, ao difundirem ideias que negam o caráter construído de toda realidade e, por isso mesmo, o caráter revogável de todas as instituições sociais existentes, no que se inclui também as noções de gênero sexual, identidade de gênero, sexo, sexualidade. Tentando fazer crer a todos que a realidade do mundo, das sociedades e de nossas vidas são realidades naturais, universais, imutáveis, transcendentais, divinas, cabendo apenas nossa conformação ao instituído e ao existente, o discurso ideológico e seus

cães de guarda acusam a crítica à ideologia como sendo uma “ditadura de opinião” e, numa cínica inversão, de imposição de “uma ideologia”, quando imposição de ideologia é o que praticam as instituições que têm à sua disposição. Verdadeiras polícias dos comportamentos e pensamentos, agindo sobre crianças, jovens e adultos para a manutenção de preconceitos, hábitos e ideias que constroem, sustentam e reproduzem instituições e relações de sujeição ou dominação nos âmbitos das práticas de gênero, afetivas, eróticas e sexuais.

Políticos, padres e pastores do Brasil, de maneira deliberadamente cínica, decidem ignorar os estudos de gênero e sexualidade desenvolvidos por pesquisadores nas diversas universidades ou fora delas, e que, aliás, nossa Bagoas, tem sido um espaço para a publicação de seus trabalhos. O que uma infinidade de trabalhos acadêmicos e científicos nas áreas de antropologia, sociologia, psicologia, psicanálise e história tem apontado, há mais de um século, é a existência da diversidade na definição cultural e histórica do masculino e do feminino, nas práticas do sexo e suas representações, tanto quanto são diversas as sociedades, culturas e os próprios indivíduos, seus corpos, desejos, fantasias. Estudos e estudiosos dessas áreas não duvidam mais do fato da diversidade humana. São os conservadores e os fundamentalistas religiosos aqueles que, em nome de falsas verdades, insistem em negar a verdade da realidade: sua pluralidade, diversidade, diversificação, complexidade, multiplicidade.

As pesquisas conduzidas por todos nós que nos ocupamos com os estudos de gênero e sexualidade apoiam-se nas regras da produção do conhecimento científico e em dados empíricos, dados da vida social, dados da vida. Como nos ensinou Nietzsche: *“a vida veio antes da moral”*; não seremos negadores da vida e suas expressões, subordinando-a a questionáveis morais e a refutáveis crenças sem fundamento. Sabotar o conhecimento produzido pelas ciências humanas sobre gênero e sexualidade, impedir que ele chegue às escolas e negá-lo às crianças e jovens são atos que mereceria considerações dos ministérios público federal e estaduais, pois bem poderiam ser tratados como ingerências indevidas e ameaçadoras à promoção do progresso cultural da sociedade brasileira, que, dentre outros atrasos, perpetua a violência de gênero, o assassinato de mulheres, a homofobia, a discriminação e a violência contra transexuais.

Como foi destacado em editorial da Carta Potiguar: “em um momento crucial, em que o país se debate duramente acerca de como avançar na educação, campanhas e ações que tentam confundir a população com a falsa ideia da “ideologia do gênero”, quando se trata, com efeito, de promover nas escolas a discussão e o conhecimento das diversidades humanas, podem resultar em duas graves consequências no ambiente escolar e seu cotidiano: 1) maior vulnerabilização dos professores e de sua atividade docente, expondo-os a mais ingerências, controles e censuras por parte de coordenações, pais, alunos. Não será absurdo, pois já ocorre, quando demissões e constrangimentos de professores passarem a ocorrer sob a acusação de “assédio ideológico” e doutrinação da “ideologia do gênero”; 2) reforçar as formas de discriminação e desvalorização já existentes nas escolas e que produzem sofrimentos e prejudicam perversamente o rendimento e o trajeto escolar de muitas crianças, abafando ainda mais a dor e as experiências de desrespeito e violência de meninas, travestis, transexuais, meninos e meninas homossexuais na escola” (<http://www.cartapotiguar.com.br/2015/06/26/ideologia-de-genero-contra-o-sequestro-do-secularismo-e-o-ataque-a-cidadania/>).

Nossa esperança é que o obscurantismo, o fundamentalismo religioso e o conservadorismo sejam derrotados no nosso país e que floresçam, cada vez mais, nas escolas e universidades experiências de formação, debate e criação que persigam os ideais da liberdade e da autonomia dos sujeitos, e que estes sejam capazes de oferecer resistência a toda censura e sabotagem ao conhecimento científico-crítico.

A nossa Bagoas n. 12 sai nesta edição com um dossiê sobre “Corpo, identidades sexuadas e sexualidade nos cinemas nacionais e transnacionais”, organizado pelos professores Lisabete Coradini, da UFRN, e Mahomed Bamba, da UFBA, e com os textos de nossa seção Artigos, com a participação de pesquisadores cujos trabalhos publicados realizam a vocação de nossa revista para a promoção da reflexão crítica e engajada no combate ao discurso ideológico quando o assunto é gênero e sexualidade.

Uma boa leitura!

Alipio de Sousa Filho

Editor

